

**SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA****ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO – DOCUMENTOS JUDICIAIS  
Nº 5/2018**

A Presidente da Comissão Técnica de Avaliação Documental - CTAD, designada pela Portaria Presidencial nº 3069/2014, faz saber a quem possa interessar que, ao decurso do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos da data de publicação deste Edital no Dje, se não houver oposição ou solicitação pelas partes, serão eliminados os autos de processos findos dos Juizados Especiais das Comarcas de Almenara, Alpinópolis, Araçuaí, Araguari, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Buenópolis, Cachoeira de Minas, Caeté, Camanducaia, Carangola, Caratinga, Cássia, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Pena, Contagem, Coração de Jesus, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Ervália, Formiga, Frutal, Galileia, Governador Valadares, Guanhães, Guaxupé, Igarapé, Ipatinga, Itaguara, Itaúna, Juiz de Fora, Manhuaçu, Manhumirim, Mariana, Matias Barbosa, Medina, Muriaé, Nova Lima, Nova Serrana, Pará de Minas, Patos de Minas, Pedra Azul, Pedro Leopoldo, Ponte Nova, Pouso Alegre, Raul Soares, Resende Costa, Ribeirão das Neves, Rio Pardo de Minas, Sabará, Santos Dumont, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, São João Del Rei, São Sebastião do Paraíso, Teófilo Otoni, Timóteo, Turmalina, Ubá, Vespasiano e Viçosa. A eliminação abrangerá os autos principais, seus anexos, apensos e recursos, se houver, constantes da Listagem de Eliminação publicada ao final deste Diário e disponibilizada no Portal do Tribunal de Justiça em [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) > Ações e Programas > Gestão de Documentos > Editais de Ciência de Eliminação.

Faz saber, ainda, que:

- a) observou-se, ao avaliar os autos, o prazo de guarda estabelecido pelo Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade - PCTT, instituído no TJMG pela Portaria Conjunta da Presidência nº 330/2014;
- b) foi preservada amostra estatística representativa do universo de autos destinados à eliminação, conforme prescreve o item XX da Recomendação nº 37/2011 do CNJ;
- c) publicado este edital, não haverá desarquivamento dos autos nele referidos, podendo os interessados, dentro do prazo consignado, requerê-los para guarda particular;
- d) os requerimentos deverão ser dirigidos à Presidência da CTAD, exclusivamente por mensagem de correio eletrônico para o endereço [ctad@tjmg.jus.br](mailto:ctad@tjmg.jus.br), e deverão conter nome, RG e contato do requerente, bem como indicação precisa dos autos pretendidos, vedados requerimentos genéricos;
- e) os autos requeridos somente serão entregues após vencido o prazo consignado neste edital e exclusivamente ao requerente, ou seu procurador, mediante apresentação de documento de identificação válido e desde que não exista situação impeditiva;
- f) havendo mais de um interessado, os autos originais serão entregues ao primeiro requerente, ficando os demais com cópias;
- g) os autos requeridos deverão ser retirados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da confirmação de recebimento da mensagem com aviso de disponibilização para retirada. Caso não sejam retirados, serão fragmentados.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2018.

**Daniela Fernanda da Silva Castro Santos**  
**Gerente de Arquivo e Tratamento da Informação Documental**

**Lisandre Borges Fortes da Costa Figueira**  
**Juíza Auxiliar da 2ª Vice-Presidência e**  
**Presidente da Comissão Técnica de Avaliação Documental**

+++++

**PORTARIA Nº 108/2VP/2018**

Institui o Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

**O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e SUPERINTENDENTE DA ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES (EJEF)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 7º, II, da Resolução nº 521, de 8 de janeiro de 2007, e o art. 30, III, da Resolução nº 3, de 26 de julho de 2012, que contém o Regimento Interno do Tribunal,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar definições e normas para a utilização das instalações, do acervo e dos serviços da biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,